INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

2016

BALANÇO PATRIMONIAL - IDG	pág. 64
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) - IDG	pág. 65
RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA (RAI) - IDG	pág. 69

IDG INSTITUTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em Reais)

Ativo

	Nota	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.161.096	13.216.707
Outros créditos	5a	1.313.920	2.350.570
Despesas antecipadas		288.062	268.762
		24.763.078	**15.836.039**
Não circulante			
Outros créditos a longo prazo	5b	-	7.187.887
Imobilizado	6	2.218.388	2.217.861
Intangivel	6	302.400	344.104
		2.520.788	**9.749.852**
Total do ativo		**27.283.866**	**25.585.891**

Passivo e do patrimônio líquido

	Nota	2016	2015
Circulante			
Fornecedores		1.571.241	1.267.905
Obrigacoes trabalhistas	7	1.639.865	1.607.079
Obrigações tributárias		440.288	447.621
Projetos vinculados a executar	8	20.665.408	12.453.992
Outras contas a pagar		106.987	59.441
		24.423.789	**15.836.039**
Não circulante			
Obrigações com o poder público a longo prazo	9	2.520.788	9.749.852
		2.520.788	**9.749.852**
Patrimônio líquido	12		
Superavit do exercício		339.289	-
		339.289	**-**
Total do passivo e patrimônio líquido		**27.283.866**	**25.585.891**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rogério Gerlah Paganatto
CPF: 129.306.908-60
CRC nº 1SP131.987/O-3

IDG INSTITUTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas com restrições (atividades culturais)			
Recursos governamentais - contrato de gestão		39.380.316	31.608.666
Recursos captados	13	13.559.316	2.339.004
Doações incondicionais		2.058.205	343.800
Venda de ingressos		6.787.177	792.456
Locação de espaços		1.124.224	28.170
Eventos e restaurantes		1.897.575	120.591
Gratuidades - Serviços voluntários		500.000	691.505
Gratuidades - Parcerias institucionais		993.512	280.058
Outras		198.623	82.424
Financeiras		1.609.020	994.302
Total das Receitas		**54.548.652**	**34.941.972**
Despesas com restrições (atividades culturais)			
Com pessoal	14	(23.633.781)	(18.310.673)
Serviços prestados por terceiros	15	(12.930.513)	(8.744.463)
Energia elétrica e telecomunicações		(6.268.070)	(1.546.533)
Gerais e administrativas	16	(7.976.157)	(4.883.596)
Impostos, taxas e contribuições		(1.360.014)	(10.272)
Financeiras		(432.489)	(231.245)
Depreciação e Amortização		(454.116)	(243.627)
Gratuidades - Serviços Voluntários		(500.000)	(691.505)
Gratuidades - Parcerias Institucionais	17	(993.512)	(280.058)
Total das despesas		**(54.548.652)**	**(34.941.972)**
Resultado das atividades culturais		-	-
Receitas sem restrições			
Serviços Prestados		162.400	-
Captação Projetos Culturais		435.297	-
Outras Receitas		78.531	-
Financeiras		825	-
Total das receitas		**677.053**	-
Despesas sem restrições			
Serviços prestados por terceiros		(106.146)	-
Energia Eletrica e telecomunicações		(4.797)	-
Gerais e administrativas		(165.234)	-
Impostos, taxas e contribuições		(57.325)	-
Financeiras		(4.262)	-
Depreciação e Amortização		-	-
Total das despesas		**(337.764)**	-
Resultado das atividades próprias		339.289	-
Superávit do exercício		**339.289**	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rogério Gerlach Paganatto
CPF: 129.906.908-60
CRC nº 1SP131.987/O-3

IDG INSTITUTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Em Reais)

	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	-
Resultado do exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-
Resultado do exercício	339.289	339.289
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**339.289**	**339.289**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rogério Gerlach Paganatto
CPF: 029.306.909-80
CRC nº 1SP151.987/O-3

IDG INSTITUTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

	2016	2015
Superávit do exercício	339.289	-
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	454.116	243.627
Superávit do exercício ajustado	**793.405**	**243.627**
Aumento/(Diminuição) nos ativos e passivos		
Recursos vinculados a projetos		
Outros créditos	1.036.650	(2.195.815)
Despesas antecipadas	(19.300)	(183.972)
Outros créditos a longo prazo	7.187.887	(7.187.887)
Fornecedores	303.335	940.614
Outras contas a pagar	47.546	-
Obrigacoes trabalhistas	32.786	(273.617)
Obrigações Tributárias	(7.333)	84.905
Projetos a Executar	8.211.416	7.244.523
Adiantamentos	-	(33.448)
Obrigações com o poder público a longo prazo	(7.229.064)	9.031.191
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	**10.357.328**	**7.670.121**
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições e baixas do ativo imobilizado	(454.643)	(2.086.931)
Adições e baixas do ativo intangível	41.704	-
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	**(412.939)**	**(2.086.931)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**9.944.389**	**5.583.190**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.216.707	7.633.517
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	23.161.096	13.216.707
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**9.944.389**	**5.583.190**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rogério Gerlach Paganatto
CPF: 129.306.908-60
CRC nº 1SP131.987/O-3

IDG - INSTITUTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

IDG - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

BDO

Tel: +55 11 3848 5880
Fax: +55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90
Consolação - São Paulo
SP - Brasil | CEP 01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Diretores do
IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão ("Entidade")**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 09 de maio de 2016, sem modificação.

BDO

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa gerar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas;
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de maio de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PE-001269/F-8

Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8 - S - PE

IDG INSTITUTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em Reais)

Ativo

	Nota	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.161.096	13.216.707
Outros créditos	5a	1.313.920	2.350.570
Despesas antecipadas		288.062	268.762
		24.763.078	**15.836.039**
Não circulante			
Outros créditos a longo prazo	5b	-	7.187.887
Imobilizado	6	2.218.388	2.217.861
Intangivel	6	302.400	344.104
		2.520.788	**9.749.852**
Total do ativo		**27.283.866**	**25.585.891**

Passivo e do patrimônio líquido

	Nota	2016	2015
Circulante			
Fornecedores		1.571.241	1.267.905
Obrigacoes trabalhistas	7	1.639.865	1.607.079
Obrigações tributárias		440.288	447.621
Projetos vinculados a executar	8	20.665.408	12.453.992
Outras contas a pagar		106.987	59.441
		24.423.789	**15.836.039**
Não circulante			
Obrigações com o poder público a longo prazo	9	2.520.788	9.749.852
		2.520.788	**9.749.852**
Patrimônio líquido	12		
Superavit do exercício		339.289	-
		339.289	**-**
Total do passivo e patrimônio líquido		**27.283.866**	**25.585.891**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rogério Gerlah Paganatto
CPF: 129.306.908-60
CRC nº 1SP131.987/O-3

IDG INSTITUTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas com restrições (atividades culturais)			
Recursos governamentais - contrato de gestão		39.380.316	31.608.666
Recursos captados	13	13.559.316	2.339.004
Doações incondicionais		2.058.205	343.800
Venda de ingressos		6.787.177	792.456
Locação de espaços		1.124.224	28.170
Eventos e restaurantes		1.897.575	120.591
Gratuidades - Serviços voluntários		500.000	691.505
Gratuidades - Parcerias institucionais		993.512	280.058
Outras		198.623	82.424
Financeiras		1.609.020	994.302
Total das Receitas		**54.548.652**	**34.941.972**
Despesas com restrições (atividades culturais)			
Com pessoal	14	(23.633.781)	(18.310.673)
Serviços prestados por terceiros	15	(12.930.513)	(8.744.463)
Energia elétrica e telecomunicações		(6.268.070)	(1.546.533)
Gerais e administrativas	16	(7.976.157)	(4.883.596)
Impostos, taxas e contribuições		(1.360.014)	(10.272)
Financeiras		(432.489)	(231.245)
Depreciação e Amortização		(454.116)	(243.627)
Gratuidades - Serviços Voluntários		(500.000)	(691.505)
Gratuidades - Parcerias Institucionais	17	(993.512)	(280.058)
Total das despesas		**(54.548.652)**	**(34.941.972)**
Resultado das atividades culturais		-	-
Receitas sem restrições			
Serviços Prestados		162.400	-
Captação Projetos Culturais		435.297	-
Outras Receitas		78.531	-
Financeiras		825	-
Total das receitas		**677.053**	-
Despesas sem restrições			
Serviços prestados por terceiros		(106.146)	-
Energia Eletrica e telecomunicações		(4.797)	-
Gerais e administrativas		(165.234)	-
Impostos, taxas e contribuições		(57.325)	-
Financeiras		(4.262)	-
Depreciação e Amortização		-	-
Total das despesas		**(337.764)**	-
Resultado das atividades próprias		339.289	-
Superávit do exercício		**339.289**	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rogério Gerlach Paganatto
CPF: 129.906.908-60
CRC nº 1SP131.987/O-3

IDG INSTITUTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Em Reais)

	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	-
Resultado do exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-
Resultado do exercício	339.289	339.289
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**339.289**	**339.289**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rogério Gerlach Paganatto
CPF: 029.306.909-80
CRC nº 1SP151.987/O-3

IDG INSTITUTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

	2016	2015
Superávit do exercício	339.289	-
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	454.116	243.627
Superávit do exercício ajustado	**793.405**	**243.627**
Aumento/(Diminuição) nos ativos e passivos		
Recursos vinculados a projetos		
Outros créditos	1.036.650	(2.195.815)
Despesas antecipadas	(19.300)	(183.972)
Outros créditos a longo prazo	7.187.887	(7.187.887)
Fornecedores	303.335	940.614
Outras contas a pagar	47.546	-
Obrigacoes trabalhistas	32.786	(273.617)
Obrigações Tributárias	(7.333)	84.905
Projetos a Executar	8.211.416	7.244.523
Adiantamentos	-	(33.448)
Obrigações com o poder público a longo prazo	(7.229.064)	9.031.191
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	**10.357.328**	**7.670.121**
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições e baixas do ativo imobilizado	(454.643)	(2.086.931)
Adições e baixas do ativo intangível	41.704	-
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	**(412.939)**	**(2.086.931)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**9.944.389**	**5.583.190**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.216.707	7.633.517
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	23.161.096	13.216.707
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**9.944.389**	**5.583.190**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rogério Gerlach Paganatto
CPF: 129.306.908-60
CRC nº 1SP131.987/O-3

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

1. Contexto operacional

O IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão ("Instituto") é uma Instituto de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos constituída em abril de 2001 e qualificada como organização social no âmbito da cultura, pelos Governos dos Estados de Pernambuco e Rio de Janeiro. Tem como objetivo principal fomentar o desenvolvimento tecnológico, educacional, cultural, ambiental e econômico da sociedade, conforme nota explicativa nº 6.

Em 29 de dezembro de 2016, o Instituto firmou o Termo de Rescisão Amigável do Contrato de Gestão n° 002/2013, celebrado em 30 de dezembro de 2013, através da Secretaria do Estado de Cultura. A rescisão ocorreu em virtude da impossibilidade de manutenção dos compromissos firmados pelo Estado do Rio de Janeiro em que tange o repasse necessário e pagamento de contraprestações relacionados ao cumprimento do objeto do Contrato de Gestão. A prestação de contas referente ao encerramento da relação contratual tem prazo estipulado para 90 dias.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à Institutos sem fins de lucro, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) - Institutos sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 2015/ITG2002(R1), de 2 de setembro de 2015, e em observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das gratuidades, exceto para os instrumentos financeiros que estão apresentados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece as aplicações financeiras, os empréstimos, os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

3.2. Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

3.3. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.4. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão são registrados da seguinte forma:

Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.

Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

3.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando necessário.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear, de acordo com as taxas apresentadas na nota explicativa 6.

3.6. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração do Instituto não identificou a necessidade de reconhecer eventuais perdas.

3.7. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

3.8. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.9. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, a COFINS, o Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF), além das tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras

3.10. Informações operacionais divulgadas

As divulgações das informações operacionais reportáveis apresentadas, estão de acordo com a estrutura de gerenciamento e com as informações utilizadas pelos principais tomadores de decisão do Instituto. Dessa forma, todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio cultural das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas.

3.11. Gerenciamento de risco financeiro

O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de liquidez e Risco de mercado

O Instituto apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Instituto, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 16.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto.

3.12. Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) de 09/2015 - Entidades sem finalidade de lucro, o Instituto a partir do exercício de 2015 passou a valorizar os trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas e despesas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
a) Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	-	-
Banco conta movimento	1	-
Aplicações financeiras	226.900	-
	226.901	-
b) Recursos vinculados a projetos		
Caixa	68.499	66.775
Banco conta movimento	991.996	729.556
Aplicações financeiras	21.873.700	12.420.376
	22.934.195	13.216.707
Total	**23.161.096**	**13.216.707**

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pelo Instituto que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Essas aplicações referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, os quais são remunerados à taxa Certificado de Depósito Interbancário - CDI que varia entre 95% a 99% do CDI.

5. Outros créditos

	2016	2015
a) Curto Prazo		
Bilheteria e eventos - Museu do Amanhã	530.785	-
Convênio a receber - Cais do Sertão	325.041	316.087
Tributos a compensar	281.799	271.338
Adiantamentos	75.504	101.339
Contrato de gestão a receber - Bibliotecas (i)	-	1.599.352
Duplicatas a receber	-	62.410
Outros valores	100.791	44
Total curto prazo	1.313.920	2.350.570
b) Longo Prazo		
Contrato de gestão a receber - Bibliotecas (i)	-	7.187.887
Total longo prazo	-	7.187.887

(i) A redução dos valores dos contratos de gestão a receber de bibliotecas é em virtude da rescisão do contrato com o Estado do Rio de Janeiro, conforme Notas Explicativas 1 e 8.

6. Ativo imobilizado e intangível

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Amortização acumulada	2016	2015
Instalações	20%	11.308	(3.193)	8.115	10.421
Máquinas e Equipamentos	20%	635.286	(75.800)	559.486	458.892
Móveis e Utensílios	10%	871.754	(114.963)	756.791	1.002.013
Equipamentos e Proc. De Dados	10%	1.207.271	(365.623)	841.648	719.807
Equipamentos de Telefonia	20%	14.056	(6.682)	7.374	9.685
Instrumentos Musicais	20%	48.723	(13.546)	35.177	16.584
Outros imobilizados	10%	9.797	-	9.797	459
		2.798.195	(579.807)	2.218.388	2.217.861
Intangível		465.962	(163.562)	302.400	344.104
		465.962	(163.562)	302.400	344.104

Movimentação do ativo imobilizado e intangível

Imobilizado	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Saldo em 2016
Movimentação do custo				
Instalações	12.808	-	(1.500)	11.308
Máquinas e Equipamentos	489.289	230.773	(84.776)	635.286
Móveis e Utensílios	1.027.013	69.248	(224.507)	871.754
Equipamentos e Proc. De dados	871.260	1.029.278	(693.267)	1.207.271
Equipamentos de Telefonia	13.639	417	-	14.056
Livros	65	-	-	65
Instrumentos Musicais	25.108	23.615	-	48.723
Outras Imobilizações	396	31.030	(21.694)	9.732
	2.439.578	**1.384.361**	**(1.025.744)**	**2.798.195**
Movimentação da depreciação				
Instalações	(2.388)	325	(1.130)	(3.193)
Máquinas e Equipamentos	(30.397)	6.546	(51.949)	(75.800)
Móveis e Utensílios	(25.000)	2.407	(92.370)	(114.963)
Equipamentos e Proc. De Dados	(151.454)	177	(214.346)	(365.623)
Equipamentos de Telefonia	(3.954)	-	(2.728)	(6.682)
Instrumentos Musicais	(8.524)	-	(5.022)	(13.546)
	(221.717)	**9.455**	**(367.545)**	**(579.807)**
Saldo líquido Imobilizado	**2.217.861**	**1.393.816**	**(1.393.289)**	**2.218.388**

Intangível	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Saldo em 2016
Movimentação do custo				
Intangível	421.095	44.867	-	465.962
	421.095	**44.867**	**-**	**465.962**
Movimentação da amortização				
Intangível	(76.991)	-	(86.571)	(163.562)
	(76.991)	-	(86.571)	(163.562)
Saldo líquido Intangível	**344.104**	**44.867**	**(86.571)**	**302.400**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

Imobilizado	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Movimentação do custo				
Instalações	12.808	-	-	12.808
Máquinas e Equipamentos	166.655	334.409	(11.775)	489.289
Móveis e Utensílios	81.510	947.506	(2.003)	1.027.013
Equipamentos e Proc. De Dados	404.900	467.721	(1.361)	871.260
Equipamentos de Telefonia	13.639	-	-	13.639
Livros	-	65	-	65
Instrumentos Musicais	22.700	2.408	-	25.108
Outras Imobilizações	-	397	-	397
	702.212	**1.752.506**	**(15.139)**	**2.439.579**
Movimentação da depreciação				
Instalações	(956)	-	(1.432)	(2.388)
Máquinas e Equipamentos	(6.945)	898	(24.349)	(30.396)
Móveis e Utensílios	(4.471)	200	(20.729)	(25.000)
Equipamentos e Proc. De Dados	(34.141)	315	(117.630)	(151.456)
Equipamentos de Telefonia	(1.226)	-	(2.728)	(3.954)
Instrumentos Musicais	(3.783)	-	(4.741)	(8.524)
	(51.522)	**1.413**	**(171.609)**	**(221.718)**
Saldo líquido Imobilizado	**650.690**	**1.753.919**	**(186.748)**	**2.217.861**

Intangível	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Movimentação do custo				
Intangível	72.944	348.151	-	421.095
	72.944	**348.151**	**-**	**421.095**
Movimentação da amortização				
Intangível	(4.973)	-	(72.018)	(76.991)
	(4.973)	**-**	**(72.018)**	**(76.991)**
Saldo líquido Intangível	**67.971**	**348.151**	**(72.018)**	**344.104**

7. Obrigações trabalhistas

	2016	2015
Provisão de férias e encargos	1.239.253	1.043.546
INSS a recolher	222.311	328.045
Outras obrigações trabalhistas	92.142	35.939
FGTS a recolher	70.991	93.204
PIS s/ salários a recolher	9.750	12.794
Salários a pagar	5.153	53.479
Contribuição sindical a recolher	265	11.011
Autônomos a pagar	-	17.404
Rescisão a pagar	-	11.657
	1.639.865	**1.607.079**

8. Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos e captados pelo Instituto e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo e imobilizações).

	2016	2015
Saldo Projetos a Executar	**20.665.408**	**12.453.992**
(-) Valores a receber		
Convênios e Contrato de Gestão	(325.042)	(1.915.439)
Bilheterias e eventos	(530.784)	-
Outras contas a receber	-	(62.454)
(-) Pagamentos antecipados		
Adiantamentos	(53.671)	(101.339)
Impostos a compensar	(281.800)	(271.338)
Despesas antecipadas	(288.062)	(268.762)
Bloqueio judicial	(10.235)	-
Pagamentos a executar		
Fornecedores e outras contas a pagar	1.678.228	1.327.347
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	1.639.865	1.607.079
Obrigações Tributárias	440.288	447.621
Caixa e equivalente de caixa (vinculados)	**22.934.195**	**13.216.707**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

	Saldos em 2015	Valores recebidos / repasses	Captação de recursos e Gratuidades	Receitas Financeiras	Consumo	Imobilizado líquido	Outras movimentações	Saldos em 2016
IDG RECIFE								
Contrato de Gestão Paço (a)	1.174.030	4.986.126	758.388	128.954	(5.260.533)	15.977	(97.345)	1.705.597
Contrato de Gestão Cais (c)	-	-	-	589	(9.543)	-	8.954	-
Contrato de Gestão Parque (d)	110.500	-	38	7.883	(37.751)	-	(71.065)	9.605
Sub Total	1.284.530	4.986.126	758.426	137.426	(5.307.827)	15.977	(159.456)	3.301.328
IDG RIO								
Contrato de Gestão Bibliotecas (e)	-	20.640.000	1.317.610	258.492	(19.196.648)	221.995	(1.550.418)	1.691.031
Contrato de Gestão Museu do Amanhã (f)	11.169.462	23.792.010	11.483.280	1.213.102	(30.044.177)	(371.784)	17.282	17.259.175
Sub Total	11.169.462	44.432.010	12.800.890	1.471.594	(49.240.825)	(149.789)	(1.533.136)	18.950.206
TOTAL Projetos a executar	**12.453.992**	**49.418.136**	**13.559.316**	**1.609.020**	**(54.548.652)**	**(133.812)**	**(1.692.592)**	**20.665.408**

	Saldos em 2014	Valores recebidos / repasses	Captação de recursos e Gratuidades	Receitas Financeiras	Consumo e imobilizações	Imobilizado líquido	Outras movimentações	Saldos em 2015
IDG RECIFE								
Contrato de Gestão Paço (a)	642.165	3.825.500	997.621	93.928	(4.808.423)	9.308	413.931	1.174.030
Contrato de Gestão Academia (b)	34.781	416.249	3.681	815	(378.104)	14.135	(91.557)	-
Contrato de Gestão Cais (c)	391.147	2.930.158	431.258	16.069	(4.087.595)	(3.164)	322.127	-
Contrato de Gestão Parque (d)	592.401	1.405.412	38.447	68.904	(1.959.718)	(34.855)	(91)	110.500
Sub Total	1.660.494	8.577.319	1.471.007	179.716	(11.233.840)	(23.884)	644.410	1.284.530
IDG RIO								
Contrato de Gestão Bibliotecas (e)	3.548.975	11.275.761	588.369	198.294	(16.941.446)	(289.307)	1.619.354	-
Contrato de Gestão Museu do Amanhã (f)	-	18.584.507	279.628	616.292	(6.766.686)	(1.545.659)	1.380	11.169.462
Sub Total	3.548.975	29.860.268	867.997	814.586	(23.708.132)	(1.834.966)	1.620.734	11.169.462
TOTAL Projetos a executar	**5.209.469**	**38.437.587**	**2.339.004**	**994.302**	**(34.941.972)**	**(1.858.850)**	**2.265.144**	**12.453.992**

(b) Contrato de Gestão - Paço do Frevo - CG - 294/2013

Em 14 de novembro de 2013, o Instituto firmou Contrato de Gestão de nº 294/2013 com o Município de Recife, pelo período de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas.

Durante o período do contrato, o Instituto recebeu recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, pelo Instituto, das atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos no Paço do Frevo.

Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, o Instituto receberia do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R$ 9.771.242, no entanto, o valor programado para 2015 foi repassado com redução de R$ 1.137.765. A redução mencionada gerou necessidade de redução do horário de atendimento e redução de funcionários e serviços de terceiros como segurança patrimonial e limpeza. Com estas reduções de despesas e somado os recursos de receitas próprias, além de patrocínio privado foi possível finalizar o ano com todas as despesas pagas.

Conforme previsão contratual, as partes firmaram o primeiro aditivo ao contrato aos 11 de novembro de 2015 prorrogando o período de vigência por mais 02 (dois) anos ficando, portanto, o término do segundo biênio em 13 de novembro de 2017.

Nos termos do mencionado aditivo, para a concretização das ações do Contrato de Gestão foi repassado para o Instituto o valor total de R$ 3.400.000, equivalentes às despesas programadas para o período de 2016. Haverá necessidade de repactuação do orçamento para o ano de 2017.

Em 2016, o equipamento captou a quantia de 1.586.126 de recurso incentivados da Lei Rouanet, Funcultura e Funarte.

(c) Contrato de Gestão - Academias - CG - 361/2013

Em 16 de dezembro de 2013, o Instituto firmou Contrato de Gestão de nº 361/2013 com o Município de Recife, pelo período de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por iguais períodos, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas. Durante o período do contrato, o Instituto recebeu recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, pelo Instituto, das atividades a serem desenvolvidos nas Academias.

No mês de fevereiro de 2015, foi celebrado o encerramento do Contrato de Gestão 361/2013.

Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, o Instituto deveria receber o valor de R$ 2.409.101, porém com o adiamento da inauguração de algumas unidades o repasse foi reduzido totalizando a importância de R$ 2.122.292.

Em 28 de fevereiro de 2015 as partes rescindiram o contrato, a prestação de contas foi apresentada no primeiro semestre de 2015 e aprovada pela Prefeitura no dia 17 de dezembro de 2015.

(d) Convênio - Cais do Sertão - 001/2014

Em 05 de abril de 2014, o Instituto firmou Convênio de nº 001/2014 com o Governo do Estado de Pernambuco, pelo período de 09 (nove) meses, podendo ser renovado, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas.

Durante o período do convênio, o Instituto receberia recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, das atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos no Cais do Sertão.

Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Convênio, o Instituto receberia do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R$ 3.500.000 da seguinte forma:

	R$
2014	3.500.00

Do valor programado foram creditados a totalidade do previsto no convênio no ano de 2014. Em 30 de dezembro de 2014 foi firmado o primeiro aditivo ao convênio prorrogando o prazo de vigência por mais 09 (nove) meses, com término previsto para setembro de 2015. Nos termos do mencionado aditivo o Governo do Estado de Pernambuco se comprometeu a repassar para o Instituto o valor de R$ 4.450.545 para concretização das ações do projeto.

No entanto, em decorrência do Plano de Contingenciamento de Gastos instituído pelo Decreto nº 41.466/2015, foi motivado a realização do segundo aditivo reduzindo o valor global do convênio e repassado R$ 2.390.158, além de ter ampliando em 3 meses seu prazo com data de término para o dia 30 de dezembro de 2015.

Desta forma, para manter o funcionamento do museu, foi necessário realizar uma significativa redução do horário de funcionamento, no entanto, apesar dos esforços os gastos superaram o valor repassado em R$ 325.041 (R$ 316.087 em 2015), que vem a ser o objeto do terceiro termo aditivo em curso de tratativas junto à concedente.

(e) Contrato de Gestão - Parques - CG - 127/2014

Em 29 de abril de 2014, o Instituto firmou Contrato de Gestão de nº 127/2014 com o Município de Recife, pelo período de 02 (dois) anos, renováveis por iguais e sucessivos períodos, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas.

Durante o período do contrato, o Instituto recebeu recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, pelo Instituto, das atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos nos Parques Santana e Urbano da Macaxeira.

Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, o Instituto receberia do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R$ 5.463.234 da seguinte forma:

	R$
2014	2.731.617
2015	2.731.617

Os valores não foram repassados na forma acordada, os aportes líquidos anuais foram de R$ 1.365.808, somando o valor de R$ 2.731.617, equivalentes a apenas uma parcela do contrato.

O Contrato foi encerrado em 30 de novembro de 2015 e o Instituto apresentou a prestação de contas final no primeiro trimestre de 2016, formalizando o distrato.

(f) Contrato de Gestão - Bibliotecas - CG - 002/2013

Em 30 de dezembro de 2013, o Instituto firmou Contrato de Gestão de nº 002/2013 com o Estado Rio de Janeiro, pelo período de 05 (cinco) anos.

Durante o período do contrato, o Instituto receberia recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos nas Bibliotecas Pública do Estado, Bibliotecas Parques de Niterói, de Manguinhos, da Rocinha e Alemão.

Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, o Instituto receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R$ 96.900.000 (noventa e seis milhões e novecentos mil reais) programados para serem pagos da seguinte forma:

	R$
2014	19.380.000
2015	20.083.000
2016	20.083.000
2017	20.083.000
2018	17.271.000

No primeiro ano de execução do projeto (2014) os valores repassados referentes a operação das bibliotecas somaram o valor de R$ 15.703.489, portanto, apresentam uma diferença de R$ 3.676.511 do valor originalmente programado. Esta diferença se justifica em razão da impossibilidade de implantação do projeto em uma das unidades em decorrência da não assunção da Biblioteca Parque do Alemão pelo IDG, uma vez que as instalações físicas desta unidade não estavam concluídas.

Ainda no exercício de 2014 o Instituto recebeu um crédito proveniente da Secretaria de Estado de Cultura no valor de R$ 2.553.131,00, em decorrência de um aditivo contratual.

Com relação aos repasses programados para 2015 oriundos do Contrato de Gestão, necessário registrar que a crise financeira que assola o Governo do Estado do Rio de Janeiro culminou no atraso dos repasses programados gerando um passivo pendente de recebimento no total de R$ 8.787.239. Neste contexto, apesar do horário reduzido de funcionamento ter vigorado desde o início do segundo trimestre de 2015, o caixa não suportou o contínuo funcionamento das unidades, desencadeando em novembro de 2015 o fechamento temporário das Bibliotecas Parque Estadual, Biblioteca Parque de Manguinhos, Biblioteca Parque da Rocinha e Biblioteca Parque de Niterói. A reabertura se deu a partir do suporte das prefeituras do Rio de Janeiro e Niterói através de convênios celebrados diretamente com a Secretaria de Estado de Cultura com os seguintes valores previstos conforme tabela abaixo:

Unidades	Convenente	Ano	Valor (R$)
Bibliotecas Parque Estadual, Rocinha e Manguinhos	Prefeitura do Rio de Janeiro	2015	1.500.000
		2016	18.000.000
Biblioteca Parque de Niterói	Prefeitura do Município de Niterói	2015	450.000
		2016	1.920.000

Os repasses previstos para 2015 e janeiro de 2016 já foram realizados, o que permitiu a continuidade do funcionamento das bibliotecas, além da quitação de passivos remanescentes, tendo, portanto, estando quitadas as contas à pagar.

Em 29 de dezembro de 2016, o Instituto firmou o Termo de Rescisão Amigável do Contrato de Gestão n° 002/2013, celebrado em 30 de dezembro de 2013, através da Secretaria do Estado de Cultura. A rescisão ocorreu em virtude da impossibilidade de manutenção dos compromissos firmados pelo Estado do Rio de Janeiro em que tange o repasse necessário e pagamento de contraprestações relacionados ao cumprimento do objeto do Contrato de Gestão. A prestação de contas referente ao encerramento da relação contratual tem prazo estipulado para 90 dias.

(g) Contrato de Gestão - Museu do Amanhã - CG - CDURP 001/2015

Em 20 de fevereiro de 2015, o Instituto firmou Contrato de Gestão CDURP nº 001/2015 com o Município do Rio de Janeiro, pelo período de 02 (dois) anos, admitindo-se prorrogações até o limite de 05 (cinco) anos, segundo conveniência e oportunidade da Administração Pública.

Dessa forma, durante o período do contrato, o Instituto receberá recursos financeiros destinados ao gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de cultura a serem desenvolvidas no equipamento cultural denominado Museu do Amanhã, necessárias à perfeita operação do Museu.

Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, o Instituto receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R$ 31.169.014 (trinta e um milhões, cento e sessenta e nove mil e quatorze reais) da seguinte forma:

	(R$)
2015	15.584.507
2016	15.584.507

Em 2015 o repasse foi realizado em sua integralidade, conforme contrato.

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, o Instituto também mantém as seguintes fontes de recursos:

- Receitas auferidas pela venda de ingressos nas bilheterias;
- Receitas advindas de locação de seus espaços físicos;

- Doações, legados e contribuições de Institutos nacionais e estrangeiras;
- Rendimentos de aplicações e ativos financeiros;
- Contratos de Patrocínio.

Entre os contratos de patrocínio firmados pelo Instituto necessário destacar os seguintes instrumentos contratuais:

Grupo M. Dias Branco, no valor total de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), com recursos incentivados pela Lei Rouanet, recibo de Mecenato nº 1224, cuja captação foi realizada aos 10 de dezembro de 2014 e o valor transferido aos 23 de dezembro de 2014, para realização de ações do Plano Anual Paço do Frevo de 2015.

Itaú Vida e Previdência S.A., no valor total de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com recursos incentivados pela Lei Rouanet, recibo de Mecenato nº 1232, cuja captação foi realizada aos 19 de dezembro de 2014 e o valor transferido aos 23 de dezembro de 2014, para realização do Plano Anual Paço do Frevo de 2015.

(h) Contrato de Patrocínio - 1318/2014 - CANTATA DO PAÇO

Em 16 de dezembro de 2014, o Instituto firmou Contrato de Patrocínio de nº 1318/2014 com a Fundação de Cultura do Recife, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a partir de 21 de dezembro de 2014.

Durante o período do contrato, o Instituto recebeu recursos financeiros destinados a realização do evento Cantata do Paço. Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Patrocínio, o Instituto recebeu do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R$ 120.000,00 da seguinte forma:

	(R$)
2014	R$ 60.000,00
2015	R$ 60.000,00

No entanto, os repasses foram realizados integralmente apenas em 2015 e nesta oportunidade foram feitos os pagamentos relativos às contratações efetuadas para execução do projeto. O Instituto prestou contas do projeto no primeiro semestre de 2015 referente a 2014, não havendo continuidade em 2015.

Votorantim, no valor total de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), com recursos incentivados pela Lei Rouanet através de Patrocínio, recibo de Mecenato nº 02, cujo valor fora transferido aos 28 de dezembro de 2015, para realização de ações do Plano Anual Paço do Frevo de 2016.

Globosat Programadora Ltda., no valor total de R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), com recursos incentivados pela Lei Rouanet através de Patrocínio, cujo valor fora transferido aos 29 de dezembro de 2015, para realização de ações do Plano Anual Paço do Frevo de 2016.

Itaú Seguros S.A, no valor total de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), com recursos incentivados pela Lei Rouanet através de Patrocínio, recibo de Mecenato nº 01, cujo valor fora transferido aos 23 de dezembro de 2015, para realização de ações do Plano Anual Paço do Frevo de 2016.

BG E&P Brasil Ltda. no valor total de R$ 9.000.000,00 (nove milhões), firmado em 29 de maio de 2015 e aditivado em dezembro de 2015, para patrocínio do Museu do Amanhã e realização das atividades de manutenção do Museu. O contrato tem prazo de vigência de 02 (dois) anos com data fim prevista para dezembro de 2017 e prevê repasse de R$ 4.000.000,00 em 2016 e R$ 5.000.000,00 em 2017.

Banco Santander (Brasil) S/A no valor total de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões), firmado em 08 de outubro de 2015, para patrocínio do Museu do Amanhã e realização das atividades de manutenção do Museu. O contrato tem prazo de vigência de 10 (dez) anos e prevê repasses anuais de R$ 3.000.000, sendo certo que a primeira parcela foi regularmente repassada no dia 28 de dezembro de 2015.

Cielo S/A no valor total de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais, firmado em 06 de novembro de 2015, para patrocínio do projeto de acessibilidade a ser implantado nas Bibliotecas Parques do Estado, de Niterói, de Manguinhos e da Rocinha. O contrato tem prazo de vigência de 01 (um) ano e prevê um único repasse, sendo certo que o repasse foi realizado no dia 09 de dezembro de 2015.

Por força dos Contratos de Gestão, o Instituto está obrigado a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pelos órgãos contratantes.

No caso de não cumprimento dessas metas, o Instituto poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e ou extinção dos repasses contratados.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão/Convênios são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

9. Obrigações com poder público a longo prazo

	2016	2015
Imobilizado e Intangível - Paço do Frevo	111.308	127.285
Imobilizado e Intangível - Cais do Sertão	11.337	11.337
Imobilizado e Intangível - Parques	-	76.086
Imobilizado e Intangível - Bibliotecas	579.600	801.597
Imobilizado e Intangível - Museu do amanhã	1.818.543	1.545.660
Contas a receber - Bibliotecas (a)	-	7.187.887
	2.520.788	**9.749.852**

As obrigações referem-se aos contratos de projetos desenvolvidos pelo Instituto, conforme a norma contábil, está registrada no ativo, em imobilizado e intangível. A redução do valor deve-se a rescisão do contrato com o Estado do Rio de Janeiro, conforme relatado em nota explicativa n°8.

10. Provisão para demandas judiciais

O Instituto reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro o Instituto não era parte em nenhuma ação judicial ou administrativa designadas como prováveis. Somente como possíveis R$155.072 (R$ 0 em 2015) e remota R$22.081(R$ 0 em 2015), para as quais não foram registrados seus respectivos provisionamentos.

11. Partes relacionadas

O Estatuto Social do Instituto possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, o Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

12. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, pelo superávit apurado em 2016.

O Instituto somente poderá ser dissolvida: (i) por deliberação tomada em reunião extraordinária do Conselho de Administração, para esse fim convocado, e na presença de no mínimo 2/3 dos seus membros; ou (ii) por sentença do Poder Judiciário transitada em julgado.

Em caso de extinção ou desqualificação do Instituto como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio dos Estados, na proporção dos recursos e bens por este alocados através do Contrato de Gestão.

13. Recursos captados

	2016	2015
Venda de ingressos	6.787.177	792.456
Doações incondicionais	2.058.205	343.800
Eventos e Restaurantes	1.897.575	120.591
Locação de espaços	1.124.224	28.170
Gratuidades - Parcerias Institucionais	993.512	280.058
Gratuidades - Serviços Voluntários	500.000	691.505
Outras	198.623	82.424
	13.559.316	**2.339.004**

14. Despesas com pessoal

	2016	2015
Salários	11.864.308	9.636.174
Encargos Sociais	4.819.758	4.191.683
Férias e 13o Salário	3.590.149	1.942.356
Benefícios	3.313.888	2.540.460
Outras com pessoal	45.678	-
	23.633.781	**18.310.673**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

15. Serviços prestados por terceiros

	2016	2015
Segurança	4.721.438	2.919.888
Limpeza	3.608.703	2.332.593
Gestão Financeira, contábil e administrativa	1.056.850	502.240
Informática	530.826	384.872
Manutenção	500.305	524.190
Bombeiros	403.890	47.191
Organização Evento	403.033	495.891
Consultoria e Assessoria	379.448	450.613
Remuneração e captação de recursos	336.000	-
Jurídico	313.928	230.393
Curadoria	241.900	241.796
Administração/RH e Coordenação	208.162	248.103
Equipe Mont e Desmontagem	12.090	158.630
Entregas	10.530	16.644
Palestrante	800	4.200
Outros Serviços tomados	202.610	187.219
	12.930.513	**8.744.463**

16. Gerais e administrativas

	2016	2015
Eventos (a)	4.529.533	1.611.459
Despesas Gerais e Administrativas	1.749.826	1.892.117
Ocupação	800.690	749.176
Marketing/captação de recursos	571.571	319.714
Viagens	324.537	311.130
	7.976.157	**4.883.596**

17. Gratuidades - Parcerias Institucionais

	2016	2015
Biblioteca Parque Estadual	993.512	-
Biblioteca Parque da Rocinha	-	191.800
Biblioteca Parque de Manguinhos	-	88.258
	993.512	**280.058**

As parcerias desenvolvidas em 2016 e 2015, são oriundas de programas de captação e efetivadas ao longo dos anos nas Bibliotecas e Parques, sob a gestão da Instituto.

18. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros "Não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2015, o Instituto está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos do Instituto, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos do Instituto. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, o Instituto centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

19. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2016.

20. Cobertura de seguro (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração entende que os valores para cobertura de seguros são suficientes para cobrir eventuais riscos de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

21. Renúncia fiscal

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se sem fins lucrativos o Instituto que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento de seus objetivos sociais, desde que atendidas as demais condições legais.

Assim, o IDG é um Instituto sem fins lucrativos, conforme descrito na nota 1, possuindo isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre eventuais superávits.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social - PIS - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS - pagamento integral das contribuições devidas.

22. Trabalho voluntário

Por definição não há remuneração, a qualquer título, para os trabalhos voluntários. Os trabalhos voluntários estão regulados pela Lei 9.608/98, que não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, enquanto que os cargos de diretoria executiva, conselhos curador e fiscal são exercidos por mandatos. Em 2016 o Instituto registrou o montante de R$500.000 referente a estes trabalhos (R$691.505 em 2015).

23. Eventos subsequentes

Até a data da elaboração e preparação destas demonstrações contábeis, não foram constatadas e nem é de conhecimento da Administração do Instituto, a deflagração ou existência de nenhum evento subsequente que eventualmente pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nestas demonstrações contábeis.

Carlos Henrique Freitas de Oliveira
CPF 065.693.208-23
Diretor Executivo

Rogério Gerlah Paganatto
CRC 1SP131987/0-3